



**Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente
de São José dos Campos**



**Relatório de Atividades da IX Conferência Municipal dos
Direitos da Criança e do Adolescente e da Conferência Lúdica**

Município: São José dos Campos-São Paulo/SP

Endereço: Av Dr. João Guilhermino, 429, 1º andar, sala 11, Centro –
Telefones: 12-39211440/39416393

E mail: cmdcasjc@cmdca.org.br

Data da realização da Conferência Convencional: 30/11/2018

Quantidade de Participantes: 88

Local de Realização: CEFE – Centro de Formação do Educador – Av.
Olívio Gomes, 250, Santana

Data da Realização da Conferência Lúdica: 30/11/2018

Quantidade de Participantes: 33

Local de Realização: CEFE – Centro de Formação do Educador – Av.
Olívio Gomes, 250, Santana

**Deliberações Tomadas na IX Conferência Municipal
Convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente do
Município de São José dos Campos**

**EIXO TEMÁTICO I – Garantia dos Direitos e Políticas Públicas
Integradas e de Inclusão Social**

1- O que fazer para garantir a articulação intersetorial entre as políticas pública?

R. Promover FÓRUMS TEMÁTICOS periódicos coordenados pelo CMDCA com a participação dos segmentos de atuação com crianças e adolescentes nos setores público e sociedade civil garantindo o monitoramento das propostas e fortalecimento intersetorial e oferecendo suporte para a definição de políticas públicas.

2- O que fazer para garantir o respeito à diversidade na elaboração e implantação das políticas de educação, saúde e assistência social, entre outras?

R. Garantir a capacitação continuada para profissionais e DEMAIS ENVOLVIDOS da rede de atendimento público e privado, em todas as áreas, sobre as questões de diversidade e igualdade e a comunicação constante de forma democrática da informação.

3- O que fazer para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes de grupos em situação de vulnerabilidade social, considerando suas especificidades locais, regionais e identitárias?

R. Garantir que as políticas públicas executem com a estrutura necessária, ações com olhar local, regional, cultural nas situações de vulnerabilidade inclusive com busca ativa, envolvendo todos os segmentos da sociedade, na prevenção, promoção e garantia de direitos.

EIXO TEMÁTICO II – Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes

1- Como garantir maior eficiência nas ações preventivas voltadas à criança e ao adolescente?

R. Através do trabalho construído pela rede; Conscientização da família; Envolver todas as políticas e órgãos públicos como: educação,

saúde, assistência, cultura, lazer, atividades físicas e esportivas e outras afins, com prioridade no Orçamento Criança e Adolescente.

2- Como garantir a realização da escuta qualificada de forma estruturada e a quem se atribui essa ação?

R. Em virtude da publicação da Lei Federal nº 13431/2017 e das discussões geradas sobre a escuta especializada os Conselhos das Categorias profissionais de Assistência Social e Psicologia se posicionaram que esta ação não é de atribuição e competência destas profissões pois há implantações ético profissionais. Também não cabendo as equipes de saúde da assistência. Especificamente em relação aos art. 7 e 8 da referida lei, não cabe ao segmento de atendimento ocupar lacunas provenientes de outras políticas públicas e órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Sugerimos a regulamentação da Lei.

3- Como garantir que crianças e adolescentes vítimas de violência tenham acesso aos órgãos legais de proteção sem que sejam revitimizadas?

R. Ampliação do horário de funcionamento da delegacia da mulher, inclusive aos finais de semana;

Ampliação do quadro de defensores públicos no município;

Serviços públicos funcionando de forma integrada.

4- Como enfrentar os fenômenos relacionados a preconceitos e discriminação envolvendo crianças e adolescentes?

R. Através de ações permanentes de conscientização nas várias instituições e serviços;

Ações nas INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS COM PARCERIAS, envolvendo famílias, DOCENTES, DISCENTES e funcionários;

Maior investimento em ações preventivas;

Capacitação permanente dos profissionais;

Maior divulgação do ECA.

5- Qual o tipo de violência que identificamos no ambiente escolar?

R. Física, bullying, cyberbullying, automutilação violência na família, violência institucional, falta de comprometimento da família com o tratamento e as necessidades da criança/adolescente, negligência do poder público (lista de espera), trabalho infantil, abandono, tráfico de drogas, abuso e uso de álcool e outras drogas.

Proposta de melhoria - Ampliação da estrutura de atendimento na saúde mental para crianças e adolescentes;

Trabalho preventivo na Escola;

Ampliação da mão de obra qualificada para atendimento a criança e adolescente

6- O que Fazer para enfrentar a violência em Instituições de acolhimento e no Sistema de Atendimento socioeducativo?

R. Recebemos muitas vezes relatos com pedido de ajuda da própria criança ou de um colega, muitos optam pelo uso de substâncias psicoativas, ou pela busca espontânea em atendimento com as famílias;

Proposta - Intensificar as fiscalizações pelo Ministério Público, Conselho Tutelar e CMDCA.

7- O que fazer para garantir o uso seguro das novas tecnologias da informação e comunicação social por criança e adolescente?

R. Não é possível garantir o uso seguro, temos que investir na formação para que os adolescentes sejam empoderados para fazer boas escolhas.

Sugerimos a ampliação das parcerias e campanhas em massa. Importante ter atividades e espaços prazerosos de convívio, para que o jovem divida melhor o tempo entre celular e outras atividades o foco deixe de ser o celular.

8- O que fazer para reduzir o índice de mortes violentas na adolescência?

R. Monitorar o território com conhecimento e tecnologia, que evidenciem o número de mortes violentas, priorizar investimento na

prevenção, promoção, assistência e reabilitação na área de saúde, esporte, cultura, lazer, conhecimento e tecnologia.

EIXO TEMÁTICO III

Orçamento e Financiamento das Políticas para Crianças e Adolescentes?

1- Como o CMDCA faria para acessar e divulgar fundos nacionais e internacionais para financiamento de projetos e programas?

R. Implementar a comissão específica no CMDCA para o FUMDICAD, que seja responsável pelo mapeamento de fontes de financiamento nos âmbitos nacional e internacional e sua divulgação à sociedade.

2- O que fazer para aprimorar a gestão do orçamento destinado à criança e adolescente?

R. Evidenciar o OCA – Orçamento Criança e Adolescente dentro do Orçamento Municipal; promover sua divulgação no portal da transparência e realizar audiências públicas para apresentação e discussão e apresentação de propostas e considerar as indicações feitas pelo Conselho Tutelar.

3- O que fazer para diversificar e ampliar as formas de financiamento do FUMDICAD?

R. Estabelecer uma comissão permanente no CMDCA para definir estratégias e ações a fim de ampliar a captação de recursos ao FUMDICAD e estimular as doações de pessoas físicas e jurídicas.

4- O que fazer para garantir a gestão efetiva dos Fundos para a Criança e Adolescente, promovendo melhor aplicação dos recursos?

R. Adequar a Legislação municipal alinhando a legislação nacional vigente. Capacitar o CMDCA para gerir efetivamente os recursos. Melhorar as ferramentas de gestão (exemplo site específico do Fundo).

5- O que fazer para garantir que as especificidades locais, regionais, culturais e identitárias dos diferentes segmentos sejam consideradas na priorização de financiamento de projetos voltados à criança e adolescente?

R. Operar o fundo e destinar recursos ao orçamento, baseados em dados oficiais e para definir as prioridades dos projetos segundo identificação territorial da vulnerabilidade social nas lacunas das políticas públicas.

EIXO TEMÁTICO IV

Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e Adolescentes

Garantir e qualificar a participação e o protagonismo de crianças e adolescentes na defesa e promoção dos direitos nos diversos espaços - escola, família, comunidade, políticas públicas, sistema de justiça e de controle social.

1- O que fazer para garantir participação e protagonismo de crianças e adolescentes nos espaços de discussão e deliberação de políticas públicas, considerando as esferas municipais, estaduais, distrital e nacional?

R. Engajar o adolescente para que ele possa ser influente, possa ser ouvido, com conscientização que o jovem tem espaço para falar, construir em diversos espaços, campanhas, formações, ações conjuntas, criar comissão de adolescentes, criação de comitê municipal permanente. Convidar adolescentes para comissões. Propor alteração da legislação vigente para a inclusão de adolescentes nos Conselhos.

Propomos a criação de um comitê permanente e contínuo no município, trazendo principalmente o princípio de educação por pares valorizando a construção de uma nova cultura mais crítica e participativa. Propomos que toda escola tenha um comitê de gestão com a participação dos alunos, pais e educadores.

2- O que fazer para garantir a liberdade de expressão de crianças e adolescentes, assegurando a proteção integral?

R. Considerar a escuta das redes sociais para os órgãos de proteção, criação de projetos de inserção do jovem ao mundo digital de forma consciente e construtiva.

Promover ações amplas pelos mais diversos mecanismos da sociedade que garantam a liberdade de expressão das crianças e adolescentes de maneira responsável. O Comitê Permanente da Criança e Adolescente do Município seria uma importante ferramenta para implementação destas ações.

3- O que fazer para potencializar a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação como estratégias de ampliação da participação de crianças e adolescentes?

R. Garantir que as novas tecnologias de informação sejam políticas de inclusão social através da efetivação dos espaços físicos, temporais e grade curricular que trazem a cultura digital.

4- O que fazer para garantir que as especificidades culturais e identitárias dos diferentes segmentos sejam consideradas nos diversos espaços?

R. Ampliação e efetivação de programas e projetos que fomentam a cultura de paz, mediação de conflitos e não violência na sociedade, através do diálogo e da tolerância.

EIXO TEMÁTICO V

Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de Criança e Adolescentes

1. O que fazer para garantir a autonomia dos Conselhos de Direitos?

R. Oportunizar a avaliação prévia do CMDCA de projetos de Lei do Executivo e Legislativo, e demais projetos e programas da Administração Pública e Sociedade Civil, conforme previsto na Lei 8.069/90 – ECA. Para tanto, o CMDCA deverá se mobilizar para apresentar sua função normativa e deliberativa ao Poder Executivo e Legislativo de forma contínua.

2. O que fazer para garantir o respeito às deliberações dos conselhos de direito?

R. Que as deliberações sejam realizadas a partir de diagnóstico municipal produzido pelo Poder Público, Conselho Tutelar, articulando a rede de serviço na elaboração e continuidade dos projetos e programas, fomentando o serviço e projetos complementares com verba do Fundo para investimento.

Destaque: Que o CMDCA faça uma discussão com a Administração Municipal para a continuidade/viabilidade dos projetos financiados com verba de manutenção (RH) em 2018, com término em 2019.

3. O que fazer para melhorar a relação/integração entre os conselhos nacional, estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente?

R. Criação/implementação de uma plataforma nacional para aproximação entre as 3 instâncias de Conselhos, para socializar e disponibilizar informações, monitoramento de planos dos 03 níveis de Poderes e realização de encontros virtuais e presenciais. Divulgação de experiências de boas práticas.

Articulação com o RM vale para eleger um conselheiro para o CONDECA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Destaque: Que o CMDCA – SJC, já implante uma plataforma de monitoramento.

4. O que fazer para fortalecer os Fóruns Nacional, Estaduais e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente?

R. O CMDCA DEVE RECONHECER O Fórum DCA como instância de participação dos sujeitos da sociedade civil.

5. O que fazer para garantir o fortalecimento dos conselhos tutelares?

R. Fortalecimento da estrutura de atendimento e funcionamento dos Conselhos Tutelares para garantir o cumprimento das legislações e resoluções do CONADA, bem como a inclusão de informações do Conselho Tutela no portal da transparência. Além de efetivar o controle das ações do conselho tutelar e a criação de fluxo de reclamação;

Criação de mais 02 CT ou 01 por região;

Criação de sistema e programa de rede dos CTS.

6. O que fazer para potencializar a incidência política e o controle social das redes, fóruns e organizações da sociedade civil defensoras dos direitos de crianças e adolescente?

Resgatar e capacitar todos sujeitos da rede de proteção social sobre o sistema de Garantia dos direitos da criança e do adolescente, de forma sistematizada e continuada.

Delegados Eleitos:

Delegados Representantes do CMDCA – Titulares

José Luís Costa

Celia Maria do Nascimento

Carlos Eduardo Arcanjo

Edna Gomes Silva

Delegados Representantes do CMDCA – Suplentes

Lindóia Bernardino Garcia

Conrado Beltrão Medina

Delegados Representantes dos Conselhos Tutelares

Celia Aparecida de Souza
Alessandro Aparecido Mirachi
Ivete da Silva Batista
Douglas de Souza Soares

Delegados Representantes de Movimentos Sociais

Ubiratan Fazendeiro
Maria Morena Melo

Delegados Representantes do Sistema de Justiça

Não houve candidatos

Delegados Representantes de trabalhadores da rede

Luigi Bertoncini
Luiz Carlos G. Andrade

Propostas Aprovadas na Conferência Lúdica dos Direitos da Criança e do Adolescente

1. Nome do Município	São José dos Campos
2. Endereço do CMDCA	Av. Dr. João Guilhermino, 429 - Sala 11 - 1º andar - Ed. Saint James - Centro
3. Telefone do CMDCA	(12)3921-1440 / (12) 3941-6393
4. E-mail do CMDCA	cmdcasjc@cmdca.org.br
5. Data de Realização da Conferência Convencional	30 de novembro de 2018
6. Quantidade de Participantes	33
7. Local de Realização	Centro de Formação do Educador - CEFE - Av. Olivo Gomes, 250 - Santana
8. Data de Realização da Conferência Lúdica	30 de novembro de 2018

As propostas serão formuladas a partir de perguntas geradoras que nortearão o debate e contribuirão com a definição de ações e estratégias futuras voltadas ao enfrentamento dos desafios apresentados nos cinco eixos temáticos e no tema central da XI

CNDCA. Na perspectiva de buscar respostas para as questões centrais apontadas, a Comissão Organizadora Nacional definiu o seguinte número de perguntas para cada eixo:

1. Eixo I: Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social;

Pergunta 1: Qual o maior obstáculo para aplicação integral da legislação do ECA?

Resposta: O apoio político, pois sem ele não conseguimos por em prática os projetos.

Pergunta 2: O que fazer para respeitar a diversidade na elaboração, saúde e assistência social, entre outras?

Resposta: Pesquisa de campo.

Pergunta 3: Como aplicar o ECA como política de Estado?

Resposta: Implantar o ECA na grade curricular.

2. Eixo II: Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes;

Pergunta 1: Como prevenir a violência contra crianças e adolescentes através de políticas públicas?

Resposta : Psicóloga nas áreas escolares (educação/área da saúde).
Necessário que haja espaços para discussão com profissionais capacitados participando das escolas para que se pense no assunto, conscientize.

Pergunta 2: Como promover a escuta de crianças e adolescentes vítimas de violência?

Resposta: Divulgar os telefones de proteções em todos os lugares, trabalho que incentiva órgãos, adolescentes e crianças a terem coragem pra saber que estão com a gente.

Pergunta 3: De que forma orientar os jovens em relação às leis que garantem os direitos das crianças e adolescentes?

Resposta: Sempre que souber de alguma situação de violência, procure alguém experiente ou confiável para contar ou denunciar, pois muitas

crianças sofrem em silêncio por não saber como agir ou se sentir culpado da situação.

Deveria ter mais trabalhos de informação sobre todas essas questões de violência, bullying, pois quando se tem o conhecimento destas questões a pessoa pensa antes de praticar.

Pergunta 4: Quais os melhores caminhos para diminuir preconceito e situações de discriminação?

Resposta: Trazer a situação para um lado bem humano, dialogando com o agressor e colocar um limite nas brincadeiras.

Pergunta 5: Como diminuir as violências nas escolas?

Resposta:

- a. Atividades preventivas (palestras, teatros etc)
- b. Rodas de conversa, reflexão.
- c. Leituras diferenciadas
- d. Fortalecer o protagonismo
- e. Projetos na área de esporte (incentivo)
Falar sobre bullying.
Projetos setembro amarelo (vídeos etc)

Parceria com a família, com a comunidade (com profissionais diferenciados)

Pergunta 6: Como minimizar as violências com jovens em situações de acolhimento e no sistema de atendimento socioeducativo?

Resposta: Denunciar para os órgãos de proteção, procurando ajuda de um adulto confiável, sempre tentar o diálogo.

Pergunta 7: Como garantir o uso com segurança das novas tecnologias de informação?

Resposta: O monitoramento sistematizado dos responsáveis.

Conscientizar sobre o uso adequado das mídias (liberdade com responsabilidade), senhas, aplicativos, de segurança. Um órgão especializado em crimes tecnológicos.

Pergunta 8: Quais políticas governamentais ajudarão no combate de crimes contra crianças e adolescentes?

Resposta: Para reduzir o índice de homicídios o governo deveria investir em escolas de qualidade, atividades culturais, qualificações de cursos profissionalizantes, saúde, segurança, esporte, música, lazer e

precisa haver mais meios para informação sobre as drogas e como acontecem os crimes envolvendo as crianças e os adolescentes, pois nós adolescentes acreditamos que nunca irá acontecer conosco, infelizmente.

3. Eixo III: Orçamento e Financiamento das Políticas para Crianças e Adolescentes;

Pergunta 1: Como diminuir as barreiras da destinação de recursos às crianças e adolescentes?

Resposta: Melhorar a divulgação de projetos oferecidos e desburocratizar editais respeitando as leis. Determinar um gasto obrigatório em pautas como saúde, segurança e esportes em prol de crianças e adolescentes.

Pergunta 2: Qual a melhor forma de satisfazer crianças e adolescentes com políticas públicas ?

Resposta: Atender as reais demandas das crianças e adolescentes, dando voz ativa a eles.

Pergunta 3: Como as organizações sociais e empresas podem contribuir para ampliar sua participação na destinação de recursos financeiros?

Resposta: Melhorando a aplicação de recursos de acordo com a necessidade local, através de uma participação efetiva na destinação de recursos por uma legislação mais flexível.

Pergunta 4: O jovem ou a comunidade tem voz ativa na gestão e destinação de recursos respeitando as necessidades locais ?

Resposta: Deve-se permitir uma participação de grupos, organizações sociais e empresas nas decisões orçamentárias e de recursos, facilitando as parcerias regionais com empresas privadas.

Pergunta 5: Como as pesquisas, os levantamentos de dados e as demandas apresentadas por jovens podem otimizar ou melhorar a aplicação de recursos?

Resposta: Respeito a cultura local, priorização, democratização das finanças públicas e aproximação da sociedade civil organizada em relação aos processos decisórios orçamentais.

4. Eixo IV: Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e Adolescentes;

Pergunta 1: Como aumentar o protagonismo das crianças e adolescentes e o apoio à participação dos pais na escola?

Resposta: Por meio de palestras nas escolas; Pelas redes sociais, música e outras expressões artísticas. Reuniões com os pais dos alunos. Que as empresas incentivem esses pais a comparecer nas mesmas, que não sejam penalizados com a ausência e que se torne uma lei. Contar com atividades extra curriculares.

Pergunta 2: Como garantir a voz de crianças e adolescentes nos espaços públicos privados?

Resposta: Favorecer e fortalecer projetos culturais, cultura de paz e outros nos diversos espaços educacionais. Fortalecer essa questão nas escolas por meio de palestras e/ou apresentações. Promover a diversidade cultural na comunidade e no ambiente escolar.

Determinar leis mais rígidas, onde alguém é obrigado a te respeitar.

Pergunta 3: Como aprender a utilizar tecnologia para aumentar o protagonismo e a proteção das crianças e adolescentes?

Resposta: Internet gratuita para todos; formação dos professores para valorizar a linguagem dos adolescentes; utilizar celulares e computadores para fins pedagógicos;

Informar aos alunos os motivos de proibição de certos meios de tecnologia nas escolas, principalmente o celular; permissão do uso do celular em devidos momentos, como a calculadora e até mesmo o Google; atualização do ambiente escolar conforme as necessidades atuais; acompanhar a punição do uso ilegal da imagem de crianças e adolescentes.

Pergunta 4: Como ampliar as escutas de diferentes seguimentos da comunidade garantindo a diversidade cultural

Resposta: Rodas de conversa, tanto na comunidade quanto em ambientes escolares.

Se informar antes de julgar certa cultura. Dar aos alunos a liberdade de conhecer ou até mesmo criar, por meio de incentivo ao

protagonismo cultural com financiamento de projetos com verbas públicas, incluindo currículo escolar a diversidade cultura (Rap e outros) como ferramenta pedagógica.

5. Eixo V: Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de Criança e Adolescentes;

Pergunta 1: O que fazer para garantir a participação e das crianças e adolescentes nos conselhos?

Resposta: Proporcionar mais participação da sociedade na forma de composição do conselho, com representantes de mães e das próprias crianças e adolescentes. Além de proporcionar espaços para ouvir crianças e adolescentes durante as reuniões dos conselhos.

Pergunta 2: Como garantir a efetivação das deliberações dos conselhos?

Resposta: Fazer a divulgação das deliberações, principalmente nas redes sociais e divulgar para os pais para que possam incentivar os filhos. Demonstrar os argumentos e garantir o respeito às deliberações através do ECA usando a justiça e recorrer as escolas para garantir as decisões dos conselhos.

Pergunta 3: Como aproximar a relação entre os conselhos e os direitos da criança e do adolescente?

Resposta: Criar aplicativo/site de sugestões, debates entre conselhos, crianças e adolescentes e realizar eventos online.

Realizar palestras nas escolas sobre os temas dos conselhos divulgando sua importância.

Pergunta 4: Como tornar os fóruns mais atrativos garantindo uma maior participação de crianças e adolescentes?

Resposta: Divulgar nos meios sociais das crianças e adolescentes, usar a internet e explicar para as crianças e adolescentes a importância dos fóruns. Utilizar temas variados nos fóruns para envolver mais os adolescentes.

Estimular o talento e a arte nos fóruns e mostrar para os adolescentes que sua participação e suas ideias podem fazer a diferença.

Pergunta 5: Como garantir a função social dos conselhos tutelares?

Resposta: Tornar mais fácil o acesso das crianças e adolescentes a ele e divulgar endereço e telefone. O Conselho Tutelar poderia fazer palestras nas escolas para que os alunos pudessem saber a finalidade do conselho e o que ele faz, além de levar para a escola atividades de prevenção e proteção dos seus direitos através de dinâmicas e brincadeiras. Mais unidades do Conselho Tutelar, em cada zona da cidade, para descentralizar e facilitar o acesso. Criar um canal de comunicação do Conselho com as crianças no âmbito domiciliar.

Pergunta 6: Como assegurar a participação política e a efetividade das redes, fóruns e organizações defensoras dos direitos da criança e adolescente?

Resposta: Fazer com que políticos participem dos fóruns e entendam a realidade das crianças e adolescentes. Descentralizar as decisões acerca dos direitos da criança e do adolescente, dando mais poder de decisão aos debates dos fóruns e conselhos.

Fazer com que o Estado seja obrigado a cumprir as diretrizes e as deliberações dos fóruns.

Delegados Eleitos/ Conferência Lúdica – Titulares:

- 1. Ana Elisa G. Gonçalves Vianna**
- 2. Bárbara Luiza O. Ortega**
- 3. Jennifer Leandro de Sousa**
- 4. Layane S. Rodrigues dos Santos**
- 5. Maria Eduarda Souza**
- 6. Nathan Carlos Braga do Carmo**
- 7. Olavo Antonio Ribeiro Neto**
- 8. Rute da Luz Faria**
- 9. Yara Felix de Souza**
- 10. Raissa dos Santos David de Andrade**
- 11. Yasmim Oliveira Maciel**

São José dos Campos, 30/11/2018